



**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013:**

ASSUNTO

04.01.01 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL – PROPOSTA. -----

DELIBERAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2014 - ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, BEM COMO PROPOR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A SUA APROVAÇÃO. -----

Aquando da discussão do presente assunto, o senhor Presidente referiu que o Município tem obrigatoriedade legal de apresentar o orçamento até final de novembro, sendo que se fez um grande esforço para se conseguir fechar o documento até esta altura, pelo que a Assembleia Municipal será no último dia útil de novembro. Os tempos que se vivem são muito difíceis sendo este um orçamento muito rigoroso, muito realista e que espelha esses mesmos tempos.

Este orçamento teve de incluir os custos resultantes das intempéries ocorridas no passado dia 27 de outubro e que rondam os 700.000,00€.

As receitas, relativamente a 2013, sofrem um decréscimo, havendo uma diminuição acentuada nas receitas de capital, principalmente devido à inexistência de candidaturas de Fundos Comunitários, porque estamos no fim do ciclo do QREN, sendo que, mesmo assim, se mantêm níveis de investimento aceitáveis.

Mais referiu que, apesar de termos conhecimento de que vamos ter uma quebra efetiva de receita em sede de IMT, das taxas urbanísticas, das transferências provenientes do Orçamento de Estado, dos horários de funcionamento de estabelecimentos, da publicidade e da ocupação da via pública por esplanadas, ainda assim conseguimos promover uma redução do IMI na ordem dos 0,01%, em virtude da preocupação que este executivo tem com as famílias e com as empresas.

Absteve-se o senhor Vereador João Nunes que apresentou a seguinte declaração: “Sendo certo que os portugueses ficaram a saber em 2011 a terrível realidade económica e financeira do país, com consequências dramáticas na vida de muitos milhares de compatriotas, não deixa de ser verdade que em finais de 2011, ano em que a Nação foi governada por forças políticas diferentes, a dívida portuguesa rondava os 108% do PIB, que equivalia a cerca de 185 mil milhões de euros. Com um novo governo eleito, e desde então, a dívida e o défice não param de subir, estando previsto que a dívida atinja este ano o valor de cerca de 211 mil milhões de euros a que se deve somar mais cerca de 7 mil milhões de euros de défice no orçamento para o ano de 2014. Até parece que tem sido em vão tantos sacrifícios impostos aos portugueses, fruto de uma enorme carga fiscal com diminuição acentuada dos rendimentos do trabalho, das pensões e reformas ganhas ao longo de uma vida de trabalho. As consequências de tanta austeridade, traduzem-se nos milhares de jovens que são obrigados a emigrar, nas centenas de milhares de pessoas desempregadas e nos milhares de empresas insolventes. A realidade em Esposende, acompanha o resto do País. O desemprego aumentou, o comércio diminuiu e os



**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013:**

ASSUNTO

encerramentos são às dezenas. Basta percorrer as ruas, quer na cidade quer em todo o Concelho. A construção desapareceu. Os jovens emigraram. Até o orçamento minguou. A receita prevista nos impostos, contraria a mensagem do senhor Presidente. Apesar da crise, essa receita não baixa e pode contar com os mesmos 6,2 milhões de euros. Mas o IMI, merecia coragem para uma descida mais agressiva na taxa. Não me parece que este Executivo aposte em manter um ritmo de investimento considerável, pelo menos em 2014. Comparando os orçamentos, o que analisamos hoje com o anterior, constatamos que a aposta futura, decresce 46% e, está muito longe das promessas de investimentos concretos que o actual Presidente da Câmara inscreveu, por sua iniciativa, no seu Programa Eleitoral. Não se consegue ler nos números o entusiasmo pela fixação das pessoas no concelho e pela criação de emprego. O mesmo sentimento quando apreciamos a aposta do Executivo no desenvolvimento económico e no apoio aos mais desprotegidos. Prever nas receitas da Câmara uma diminuição da participação no IRS, significa menos emprego. Diminuir as verbas na Acção Social em mais de 36%, significa não amparar melhor os mais carenciados. Baixar a aposta nas Funções Económicas, com destaque para menos 46% no Comércio e Turismo significa uma aposta tímida no desenvolvimento do concelho. Apesar destes sinais, que são preocupantes mas recuperáveis no mandato, há outros indicadores que são inquietantes: o gasto excessivo no desporto, recreio e lazer, orçamentado em mais de um milhão de euros. Comparado com um terço deste valor para a Acção Social, num momento de crise, como o que vivemos hoje, deve exigir-se melhor reflexão sobre o uso mais correcto a dar aos dinheiros públicos. Mal se compreende, que estejam orçados mais de um milhão de euros para Estudos, Pareceres, Projectos, Trabalhos especializados, Pessoal em regime de Tarefas ou Avenças, quando o universo dos funcionários camarários e das empresas municipais, deveria permitir poupar uma parte muito significativa destes custos. Usando o princípio da comparabilidade, não me parece justo comparar um orçamento feito por um presidente recentemente eleito com o orçamento anterior, presumindo que não lhe poderão ser atribuídas grandes responsabilidades, não obstante ter sido vice-presidente durante quatro anos. Ademais, devido à intempérie que se abateu sobre o concelho, foram acrescidas algumas centenas de milhares de euros à despesa, por imposição de umas horas de chuvas torrenciais. Este é o seu primeiro orçamento e tem preocupação em ser realista. É pouco relevante o que o Executivo propõe no que respeita à baixa da carga fiscal local. Mas é um sinal que relevo. Por isso, abstenho.” -----



**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2013:**

ASSUNTO

DESPACHO

À Andreia Barros para remeter cópia da presente deliberação e respetivo processo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para agendamento na ordem de trabalhos da próxima sessão daquele órgão.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos
21 de novembro de 2013

(Carla Manuela Brito da Silva Dias, Dr.ª)